

Manual Instrutivo para Criação de Núcleos Municipais de Educação Permanente em Saúde

Recife

2020

Sumário

1. Apresentação	3
2. O que é a Educação Permanente em Saúde	4
3. Política e Portaria nacional e estadual de Educação Permanente em Saúde	5
4. Importância de estruturar a Política e ações nos municípios	5
5. Núcleo como organizador das ações formativas	6
6. Construindo os Núcleos	6
7. Institucionalização.....	8
8. O processo de trabalho do Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde	9
9. Concepção de atuação dos Núcleos.....	9
10. Referências.....	10

1. Apresentação

A Comissão de Integração Ensino-Serviço Estadual (Cies Estadual) ressalta a importância dos Núcleos Municipais de Educação Permanente para consolidação da Política de Educação Permanente em Saúde (PEPS) no estado de Pernambuco.

No ano de 2019, a Secretaria Estadual de Saúde, por meio da Diretoria Geral de Educação na Saúde, realizou 05 oficinas regionais de Educação Permanente em Saúde. Os encontros possibilitaram além da discussão sobre a política, aproximação com o território e conhecimento sobre as ações que vem sendo desenvolvidas.

Dentre as ações, houve destaque para os municípios que implantaram núcleos de educação Permanente e, com isso, foram capazes de produzir mudanças nas práticas dos trabalhadores da saúde.

Sendo assim, este **Manual Instrutivo** tem como objetivos apresentar, esclarecer e orientar gestores e trabalhadores da saúde sobre PEPS e sobre a possibilidade de organização das atividades formativas em seu território, por meio da implantação de Núcleos de Educação permanente em Saúde.

2. O que é a Educação Permanente em Saúde

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações. Deve estar presente dentro das práticas e deve ser pensada a partir das necessidades educativas que surgem desse cotidiano.

Dessa forma, a educação permanente visa uma aprendizagem significativa e com ela a possibilidade de transformar as práticas profissionais, levando em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm e não apenas a mera aquisição de novos conteúdos técnicos.

Ou seja, propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores devem ser pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. (BRASIL, 2009, p. 20)

Nesse sentido, a Educação Permanente se constitui em estratégia para desenvolver os serviços de saúde, pois implica em constante atualização por meio de ações intencionais e planejadas voltadas ao fortalecimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, que repercutem no interior das relações e processos cotidianos, interinstitucionais e intersetoriais a se implicar nas políticas em que se inserem as ações em saúde (HUSM, 2020).

Dessa forma é uma **estratégia que organiza as demandas formativas**, matriciando as equipes/profissionais quanto às questões que surgem a partir da realidade de saúde da população e de qualificação dos trabalhadores, devendo ser pensada enquanto Política, pois é parte do processo de construção da política de saúde.

Sendo pensada como Política deve ser viabilizada nas três esferas de gestão. Mostramos aqui as possibilidades de organização

desta Política na esfera municipal a partir da estruturação de Núcleos municipais de Educação Permanente em Saúde.

3. Política e Portaria nacional e estadual de Educação Permanente em Saúde

A Política Nacional é regida pela Portaria GM/MS nº 1.996 de 2007, sendo esta a que organiza e delimita os dispositivos e concepções de toda área do campo da Formação dos trabalhadores da Saúde.

Sua base é induzir a Regionalização dos processos de formação em saúde, bem como delimitar as concepções e formatações institucionais de financiamento. No entanto, o Ministério da Saúde não tem induzido a implementação da política, inclusive não tem mantido o repasse regular de recursos, sendo o último em 2013.

No Estado de Pernambuco, as ações de EPS são regidas pelo Plano de Educação Permanente em Saúde de Pernambuco (PEPS-PE) cujas ações são pactuadas e estruturadas nas CIES Regionais e na CIES Estadual. As articulações Regionais desenvolvidas nestes espaços precisam ser subsidiadas e impulsionadas pelas discussões das necessidades formativas dos municípios de cada região.

Logo, toda relação de Regionalização induzida pela Política passa pelo fortalecimento das atividades formativas nos municípios, cabendo também a estes fomentarem e organizarem essas ações dentro da realidade de cada território.

4. Importância de estruturar a Política de Educação Permanente em Saúde nos municípios

O compromisso com a formação de novos profissionais que farão parte do Sistema de Saúde e as demandas de formação dos trabalhadores da rede de saúde também é responsabilidade das gestões municipais.

Além disso, os profissionais participam continuamente em seu processo de trabalho de ações educativas juntos aos usuários e territórios dos municípios.

A qualificação desses processos de formação advinda das necessidades apresentadas pelos trabalhadores e usuários necessita de uma estrutura que possibilite ações de matriciamento.

Os municípios são responsáveis pela maior parte da rede assistencial e, conseqüentemente, das ações formativas em seu território. Quanto maior a capacidade dos municípios no matriciamento dessas necessidade de formação, maior as condições para a superação dos agravos em saúde.

5. Núcleo de educação permanente em saúde como organizador das ações formativas

Toda essa articulação pode ser melhor potencializada na estrutura de núcleos de educação permanente em saúde, que atuem convergindo, identificando e matriciando todos os componentes dos processos formativos a serem realizados no território, assumindo os melhores e possíveis arranjos em cada município.

6. Construindo os Núcleos de Educação Permanente em Saúde

Para construir os Núcleos de EPS os municípios podem adotar o formato que melhor se adeque à sua realidade. São diversas possibilidades de formatações:

I. Criação de uma Gerência, Cargo ou designação de um Trabalhador responsável: O Núcleo de EPS pode ser criado a partir da identificação e designação de um profissional com perfil, que se responsabilize pela condução do Núcleo. Para isso, poderá ser criado ou designado um cargo ou disponibilizado completa ou parcialmente a carga horária de um trabalhador do serviço para cumprir tal função. Nesse tipo de formatação é importante considerar que a dinâmica de

funcionamento do núcleo precisa contemplar espaços de articulação e construção com trabalhadores, gestores municipais e controle social.

II. Núcleo de EPS via Comissão ou Colegiado: Os Núcleos também podem ser organizados por meio de colegiados que conduzam esta tarefa, como por exemplo um colegiado composto por profissionais da gestão das diversas áreas (Atenção Básica, Vigilância, Gestão do Trabalho). Pode-se e orientamos incluir sempre nesta estrutura de núcleo representação dos trabalhadores (da Atenção Básica, via equipes de PSF, do NASF que podem ter a EPS como parte considerável de suas atribuições e outros trabalhadores da rede dependendo da organização de cada município).

7. Institucionalização

Após definir a conformação do Núcleo de Educação Permanente em Saúde, é importante institucionalizá-lo, por meio de Portarias, documentos de pactuação em espaços de gestão e controle social (Conselho Municipal de Saúde, Comissão Intergestora Regional, Câmara de Vereadores).

Importante:

- Organizar a dinâmica de funcionamento do núcleo: periodicidade das reuniões, formato de convocação, pautas, relatorias das reuniões, entre outros.
- Divulgar as atividades e reuniões realizadas
- Discutir possibilidades de financiamento municipal de ações formativas
- Discutir no núcleo de educação permanente em saúde as pautas regionais, estaduais e nacionais sobre a política de formação em saúde e as pautas da cies regional.

- Designar e discutir sua representatividade nas reuniões da CIES e em outros espaços regionais.

8. O processo de trabalho do Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde

Pra iniciar os trabalhos do núcleo é importante identificar profissionais com interesse na temática e mapear as demandas de formação dos trabalhadores, considerando as necessidades de saúde da população.

Dessa forma é importante que o Núcleo estabeleça um processo de diagnóstico, escuta e planejamento para subsidiar as ações. Para realizar esse diagnóstico é importante responder as seguintes questões:

- I. Quais os principais problemas de saúde da população do seu município?
- II. Quais as atividades de Educação Permanente em Saúde são desenvolvidas no município (mapear as ações do NASF, CAPS, ESF, Hospitais, Instituições de ensino)?
- III. Que atividades formativas os profissionais de saúde precisam para resolver os problemas de saúde da população do seu município?
- IV. Que atividades de Educação Permanente em Saúde são necessárias para qualificar a gestão municipal?
- V. Que arranjos podem ser feitos no município para melhor articulação das atividades de Educação Permanente na Rede de saúde?
- VI. Que ações o município pode articular para fortalecer a EPS na Região?

9. Concepção de atuação dos Núcleos

A construção do Núcleo deve ser orientada e induzida para responder prioritariamente às necessidades de formação dos trabalhadores da rede de saúde municipal na resolução dos problemas de saúde do território.

Para isso, são diversas as definições das interfaces educativas que podem subsidiar as ações do núcleo municipal de educação permanente em saúde:

- **Educação em Serviço** - compreende atividades de desenvolvimento dos profissionais que atuam na rede municipal por meio de cursos, palestras, seminários de capacitação interna e externa.
- **Educação em Saúde** – voltada para usuários e acompanhantes, desenvolvida por meio de grupos de trabalho sobre temáticas que interessam à saúde da população.
- **Integração ensino-serviço** – destinada a promover a inserção de estudantes em cenários de aprendizagens do SUS, articulando ainda outras esferas formativas que promovam encontros e trocas de experiências entre trabalhadores da rede de atenção com as instituições formadoras em suas diferentes modalidades (ensino técnico, graduação e pós-graduação).
- **Produção técnico-científica** - voltada para o aprimoramento dos processos de informação e comunicação das ações de educação e de saúde produzidas no território, incentivando uso de ferramentas e estratégias de disseminação do conhecimento técnico-científico.

10. Referências

BRASIL, **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: MS, 2009, p. 20)

HUSM. **Núcleo de Educação Permanente em Saúde**. Disponível em:
<http://www2.ebserh.gov.br/web/husmufsm/estruturas/ga/neps/apresentacao>
o Acesso em: 25 de fev. 2020